

A desconstrução da democracia

» ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Advogado, foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Nos países democráticos, as eleições são efêmeras, nas quais se reafirma o direito de o cidadão escolher com liberdade os governantes, e compromisso de o governo respeitar a decisão emanada das urnas. A Constituição de 1988 nesse sentido é de exemplar objetividade e clareza: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos”.

Nem sempre foi assim. Após a Revolução de 1930, cujo objetivo teria sido assegurar a lisura das eleições, padecemos durante 15 anos a ditadura do Estado Novo, sob as esporas de Getúlio Vargas, e 21 de Regime Militar, quando residentes da República e governadores de Estado eram designados em conluio dos comandantes das Forças Armadas.

Têm sido árduos os esforços para a construção do regime democrático. Começaram em 1945, com a deposição do caudilho gaúcho e a eleição do general Eurico Gaspar Dutra, vencedor da disputa com o brigadeiro Eduardo Gomes. Foi permitido ao Partido Comunista concorrer com Iedo Fiúza (1894-1995), terceiro colocado na disputa. Jamais se conseguiu, todavia, exorcizar do cenário eleitoral dois maus espíritos: a radicalização dos extremos e a pretensão intervencionista das Forças Armadas.

O retorno de Vargas à Presidência da República em 1951, candidato pelo PTB, não se fez sem riscos. Um mês antes das eleições, o jornalista Carlos Lacerda lançou às Forças Armadas a seguinte conclamação: “O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar” (Lira Neto, *Getúlio*, Cia. das Letras, SP, 2014, vol. 3, pág. 188). Os objetivos de Lacerda foram alcançados. Em agosto de 1954, ameaçado de ser deposto pela segunda vez, Vargas reagiu com o único recurso de que dispunha, suicidando-se no dia 24. Deixou como legado político a *Carta Testamento*.

A campanha presidencial deste ano apresenta nítidos sintomas de violência. A radicalização está no ar. Após ser empossado presidente em 2019, Jair Bolsonaro levantou suspeitas contra o resultado das eleições das quais foi vencedor. Afirma, desde então, que teria alcançado maioria absoluta no primeiro turno, quando derrotou Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores.

Empenha-se Bolsonaro, incansavelmente, pela adoção do voto impresso, colocando-se contra a opinião de especialistas e do Tribunal Superior Eleitoral. Argumento de ordem prática é a impossível alteração de sistema utilizado em mais de 473 mil urnas, distribuídas por 2.645 zonas eleitorais, à disposição de 148 milhões de eleitores e de 33 partidos.

Jair Bolsonaro e os aduladores palacianos não ignoram a desnecessidade do voto impresso. Além dos investimentos, fora do alcance do exaurido Tesouro Nacional, há o problema do tempo. O primeiro turno será em 3 de outubro, dentro, portanto, de pouco mais de 100 dias úteis.



Nada disso, porém, interessa ao capitão de artilharia. Comporta-se como o caudilho sul-rio-grandense Gaspar Silveira Martins, que alertava os inimigos: “Eu posso, eu quero, em mando, eu chovo” (Lira Neto, *Getúlio*, vol. 1, pág. 29).

Vive o Brasil, desde outubro de 1988, sob Estado de direito garantido pela Constituição, cuja guarda compete ao Supremo Tribunal Federal. Às Forças Armadas, a Lei Fundamental atribui a responsabilidade da defesa da Pátria, da garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Não lhes confere hipotético poder interventor para, com canhões e blindados, imporem à sociedade civil aquilo que bem entendem fazer.

A condenação do deputado Daniel Silveira tem o significado histórico de ato em defesa

da democracia, para que não venha a perecer “nas mãos de líderes eleitos — presidentes e primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder”, como advertem Steven Levitsky e Daniel Zidlatt em *Como Morrem as Democracias*.

Autocratas, como Bolsonaro, não resistem ao ímpeto de demonstrar autoridade e de se manter no poder. Começam pela tentativa de descrédito do Poder Judiciário e do processo eleitoral. Ao conceder indulto a réu de crime contra a democracia, condenado pelo Supremo Tribunal Federal, Jair Bolsonaro consolida o perfil autoritário e revela projeto de desconstrução do Estado democrático. Seu objetivo outro não é senão o de rasgar a Constituição e sujeitar a nação a governo discricionário, como sofremos durante duas décadas de regime militar.

Educação e desenvolvimento

» HELOISA MOREL
Diretora executiva do Instituto Península

A relação entre educação e desenvolvimento não é nova. Desde a década de 1960 temos estudos que procuram estimar os retornos econômicos dos investimentos feitos em educação. Desde o nível do indivíduo, com dados sobre acréscimo de renda e empregabilidade a cada ano adicional de estudo, até os benefícios para a sociedade — quanto maior a escolaridade média maior o Produto Interno Bruto (PIB) — fica evidente que um olhar estratégico para a educação é necessário para o desenvolvimento de um país.

Dado que essas conclusões não são novas, qual a relevância dessa discussão neste Dia da Educação? A resposta é simples: sua urgência. Vivemos, nos últimos anos, uma crise sanitária que disparou muitas outras: éticas, políticas, econômicas e sociais. Segundo relatório de abril de 2021 da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), a extrema pobreza alcançou em 2020, na América Latina, níveis que não foram observados nos últimos 20 anos. Assim, como consequência da prolongada crise sanitária e social da pandemia da covid-19, a taxa de extrema pobreza na América Latina teria sofrido um aumento de 13,1% em 2020 e, no ano seguinte, em 2021, atingindo 13,8% da população, o que representa retrocesso de 27 anos.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), a pandemia puniu de forma

mais dura os trabalhadores com pouca instrução, com redução em 2020, de 17,1% de postos de trabalho para pessoas sem instrução e com o ensino fundamental incompleto, e de 14,8% para o grupo com fundamental completo e ensino médio incompleto. A recuperação do mercado de trabalho no período pós-pandemia está sendo liderada pelo setor informal e pelos empregos de baixa qualidade. Em julho de 2021, o emprego formal representava 4,8% e o informal, 5,4% abaixo do nível pré-pandemia.

Outro dado preocupante, divulgado em maio de 2021 pela FGV Social, é que um quarto dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos formam hoje o grupo nem, nem — nem estuda, nem trabalha — jovens que largaram os estudos, mas que também não entraram no mercado de trabalho. Enquanto isso, oportunidades estão sendo desperdiçadas. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), a previsão é de que até 2025 o país abrirá cerca de 797 mil novos postos de trabalho na área de tecnologia, com um déficit de aproximadamente 300 mil profissionais dessa área até 2024.

Não existe hoje país algum no mundo que cresça desconsiderando a educação como parte importante da equação do enfrentamento da desigualdade e aceleração do desenvolvimento. Porém, existe uma pergunta

central a responder: como investir em educação visando ao desenvolvimento do país?

Pesquisas recentes comprovam o que deveria ser uma conclusão óbvia: é investindo na valorização e no desenvolvimento de professores que alcançaremos os resultados que tanto esperamos. Está nos professores o caminho para a educação de qualidade que será capaz de preparar nossos jovens para os desafios de um mundo volátil, incerto e extremamente complexo.

Muito conseguiremos avançar se a profissão docente for atrativa para os jovens que terminam o ensino médio; se a formação inicial preparar para os desafios reais das salas de aula; se a remuneração e as condições de trabalho forem justas e adequadas; se existir um plano de desenvolvimento pessoal e profissional que permita que os professores se sintam potentes, preparados, apoiados e, consequentemente, satisfeitos.

O mundo contemporâneo exige profissionais qualificados, criativos, flexíveis, capazes de reinvenção constante. Precisa, com a mesma urgência, de cidadãos responsáveis, comprometidos, empáticos e tolerantes. Isso estará cada vez mais distante do Brasil e da grande maioria dos brasileiros se políticas econômicas e educacionais não forem pensadas em estreita relação, compondo um plano estratégico para alcançarmos um país mais próspero, mais justo e menos desigual.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A bagagem fala muito sobre o tipo de passageiro

Não bastasse ter saído pelas portas do fundo do Ministério da (pouca) Educação, o ex-ministro e dublê de pastor Milton Ribeiro, de triste memória, ainda protagonizou um incidente gravíssimo dentro do aeroporto de Brasília. Uma arma de fogo que carregava consigo, dentro de uma pasta de documentos, disparou por acidente, ferindo, inclusive, uma funcionária da Gol. Tivesse essa arma clandestina, disparada dentro do avião em pleno voo, com a cabine pressurizada, atingindo um duto de combustível, que consequências catastróficas provocaria?

Cada homem deixa atrás de si, os rastros de suas ações, sejam elas obras em benefício de seus semelhantes, sejam ruínas e escombros. Houve uma época, perdida na poeira do tempo, em que ministros da Educação eram escolhidos entre os mais cultos e ilustres profissionais do país, todos eles com larga experiência na cadeira de professor. Naquele tempo, era comum que, nas bagagens desses mestres, o volume e o peso eram sempre decorrentes da quantidade de livros e anotações que carregavam consigo.

Naquele período, a educação pública ainda era vista como elemento fundamental para o desenvolvimento do país e para a melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ricos e pobres compartilhavam as salas em busca do conhecimento. Não por outra razão, aqueles que ocupavam a prestigiosa pasta da Educação estavam sempre em todas as reuniões ministeriais convocadas pelo presidente da República, participando ativamente das discussões dos problemas nacionais. Difícilmente, o chefe do Executivo ousava interferir nos assuntos de educação, tanto por sua complexidade quanto por sua delicada estratégia.

O prestígio da pasta refletia, diretamente, na qualidade do ensino público. A chegada dos militares ao poder não foi capaz de retirar do setor educacional o entusiasmo e a qualidade que a educação pública vinha experimentando desde os anos 1950.

Apesar de algumas remodelações curriculares feitas pelo governo daquele período e que determinaram, erradamente, a expulsão e o desterro de muitos mestres gabaritados, ainda assim, o setor educacional demonstrava vigor, sendo os ministros escolhidos, com raras exceções, entre aqueles com currículos acadêmicos indiscutíveis.

Os militares também não ousaram, em tempo algum, interferir na educação pública para enfraquecê-la, tornando-a apenas mais uma pasta ministerial sem importância. Esse tempo, dentro dos princípios da democracia e fora deles, ficou para trás. Hoje, o desprestígio da pasta da Educação, com nomeações de personagens medíocres e alienados, virou regra, e não uma exceção.

Apesar do volume fabuloso de recursos públicos que opera, o Ministério da Educação não tem qualquer destaque, sendo uma pasta que parece atrair apenas aqueles que imaginam que a quantidade de dinheiro à disposição pode servir a outros propósitos alheios ao ensino. A escolha desses ministros é feita por orientação de pessoas próximas do presidente, sem qualquer preocupação com os destinos da educação, obedecendo um cego padrão ideológico e partidário, ou dentro de critérios do tipo cordial.

Não se sabe e não há como saber até quando a pasta da Educação será ocupada por pessoas sem qualquer lastro com a cátedra. Depois de aprovar o financiamento público, por intermédio da Lei Rouanet, com verba de mais de R\$ 336 mil, um livro sobre a história das armas, que importância pode ter um simples disparo provocado por um ex-ministro da Educação dentro de um aeroporto?

» A frase que foi pronunciada

“Observo mais que, de uma forma ou de outra, será sempre graças à educação fundamental que se forjará o homem comum de amanhã, o cidadão cuja forma de ser, cuja maneira de agir e pensar, cuja capacidade de fazer, representarão as mais sólidas garantias da sobrevivência e do desenvolvimento da nação.”

Esther Ferraz, ex-ministra da Educação

Mais um golpe

» Não se sabe como os bandidos têm em mãos números de celular de pessoas da terceira idade. O segundo passo é copiar a foto do filho e, pelo WhatsApp, pedir para os pais salvarem o número. Nesse momento vale verificar a veracidade da informação. Daí para frente, entram os pedidos de transferência bancária.

Mais detalhes

» As declarações dadas pelo ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF) causaram um rebu no Senado. O senador Lasier Martins protocolou um requerimento convidando Barroso a esclarecer, no Plenário do Senado, as recentes declarações de cunho político.

» História de Brasília

Nesta mesma página, os senhores encontrarão uma carta ao nosso diretor, assinada pelo sr. José Pereira Caldas, a propósito da mudança do Ministério da Fazenda. (Publicada em 21/2/1962)